

Abi-Ackel abre as negociações

As negociações entre governo e oposição, que foram iniciadas ontem nas conversas que o ministro da Justiça manteve com os presidentes do PMDB e do PP, demonstram que o governo quer o entendimento. Mostram, também, que finalmente o Planalto definiu-se sobre o negociador oficial. E o fez de forma tão explícita que o próprio senador José Sarney, presidente do PDS, incumbiu-se de ontem telefonar a Tancredo Neves para informá-lo, oficialmente, da novidade.

Foi nesta condição que o ministro Abi-Ackel conversou com os presidentes Ulysses Guimarães e Tancredo Neves para dizer que o governo federal continua querendo a realização da eleição em dois turnos — que provavelmente seriam marcadas para novembro de 82 e janeiro de 83. A inelegibilidade dos sindicalistas, que hajam sido punidos com o afastamento de diretoria do sindicato, é questão que pode ser debatida, embora o Planalto prefira que a decisão somente gere efeitos para as eleições de 1986.

O que o governo pretende, imediatamente, é aprovar o projeto de lei que cria o Estado de Rondônia e para alcançar este objetivo admite algumas modificações no projeto de lei que tramita no Congresso Nacional. De permeio a este conjunto de demandas, o emissário do Planalto deixou claro que o governo não quer conversar sobre reformulação da Lei Falcão neste ano. Somente pretende tratar do assunto no início de 1982.

Os primeiros movimentos do ministro da Justiça causaram impacto positivo nos partidos de oposição. Já se falava, ontem, em algo semelhante a «novo clima» dentro do Congresso Nacional, porque o governo havia definido seu negociador, ponto básico para início de qualquer conversa para ultrapassar o impasse parlamentar. Alguns opositoristas enxergaram na disposição de Abi-Ackel a determinação do governo de vencer o imobilismo do Congresso e de, efetivamente, negociar para obter os resultados pretendidos.

O senador Tancredo Neves, presidente do Partido Popular, insiste, contudo, na questão da fixação das datas da eleição. Esta é, segundo ele, uma questão fundamental, pois daí decorrem todos os prazos para filiação partidária e de desincompatibilização. O assunto é importante para os partidos de oposição, mas fundamental para o governo, pois os secretários de Estado devem, segundo a lei em vigor, deixar seus atuais cargos no dia 15 de fevereiro do próximo ano.

A disposição de negociar, evidenciada pelo ministro da Justiça, deixou ainda outra impressão entre os opositoristas: a de que o governo está profundamente interessado em desobstruir a pauta de assuntos pendentes na Câmara e no Senado Federal. Há uma fila de pedidos de empréstimos externos que dependem de aprovação do Legislativo que, neste momento está paralisada. A pressão de governadores e prefeitos está subindo muito de nível e o Planalto pretende solucionar, rapidamente, esta questão.

Mas o ministro da Justiça, que reiteradas vezes afirmou que a reforma eleitoral é esta que aí está, confirma as expectativas opositoristas no sentido de que as linhas gerais do projeto governista estão traçadas. Além do que já está no Congresso ficaria para ser negociado o projeto de lei que trata do acesso dos candidatos ao rádio e à televisão. A base da reforma é aquela anunciada pelo governo, podendo haver modificações, como consequência dos entendimentos, sobre os temas já postos sobre a mesa.

Há um nexo entre as propostas do ministro da Justiça e o pensamento do Chefe do Gabinete Civil, Leitão de Abreu. Aquele assessor do presidente Figueiredo tem manifestado sua intenção de contingenciar a reforma eleitoral aos atos já enunciados, por entender que o caminho de ganhar as eleições não é por intermédio da legislação mas de uma vigorosa ação partidária. Esta idéia está dominando a ação política do governo, que começa a preocupar-se com os aspectos sociais do país para tentar modificar a resposta do eleitorado diante da administração Figueiredo.

Este enfoque, que provém do ministro Leitão de Abreu, permeou o debate da reforma eleitoral, um exercício de paciência a que os partidos deverão entregar-se pois é do interesse das agremiações solucionar, no menor prazo possível, esta colcha de retalhos que é a legislação eleitoral no país.

André Gustavo Stumpf